

## DE ESTUDANTE A EGRESSO: UMA ITINERÂNCIA A (PER)CORRER

Alexandra Quadro Siqueira<sup>1</sup>  
David Estevão dos Santos Júnior<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo propõe uma investigação que buscar estudar possibilidades para, num estágio mais avançado da pesquisa, criar uma metodologia de análise de inserção de egressos no mundo do trabalho, a fim de contribuir para a avaliação das políticas públicas educacionais implementadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA, a partir do estudo de caso do curso de Administração. A análise de inserção de egressos, tema de suma importância em instituições de ensino, também se justifica devido à necessidade de acompanhamento e desenvolvimento continuado do ex-aluno, de maneira a avaliar as condições de trabalho, a sua renda e o impacto que a vivência educacional causou em sua vida. A abordagem metodológica, por ora, será a quali-quantitativa, valendo-se a princípio de revisão de literatura e, a posteriori, de pesquisa empírica com o uso de técnicas, tais quais a aplicação de questionários e de dinâmicas com grupos focais com egressos formados entre os anos de 2010 à 2015 do curso de Administração. Visa-se com isso conhecer a empregabilidade, a compatibilidade da formação recebida com as demandas do Mundo do Trabalho, a identificação de necessidades de ajustes nas matrizes curriculares, as expectativas quanto à educação continuada e às demandas pedagógicas passíveis de serem ofertadas pela instituição, e o aspectos institucionais que careçam de melhoria.

**Palavras-chaves:** Estruturação Curricular; Egressos; Avaliação de Políticas Públicas.

### 1. Por início de um diálogo...

O presente trabalho se destina a discutir, de forma ainda bastante incipiente, as possibilidades para viabilizar o estudo de um dos eixos de análise do Observatório do Trabalho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA que é o egresso – seu objeto. Esta pesquisa tem como objetivo geral criar uma metodologia de análise de inserção de egressos, a fim de contribuir para a avaliação das políticas públicas educacionais implementadas pela instituição, a partir do estudo de caso do curso de

---

<sup>1</sup> Mestra em Educação (UFBA); Especialista em Auditoria Fiscal (UNEB); Bacharel em Ciências Econômicas (FACCEBA); Coordenadora Didático-Pedagógica do curso Multimeios Didáticos do Profucionário (IFBA); Professora Substituta de Organização, Normas e Qualidade (IFBA); Professora de Economia (UNIESP) e Professora de Filosofia (SOLEDADE).  
[alexandraquadro@ifba.edu.br](mailto:alexandraquadro@ifba.edu.br)

<sup>2</sup> Pós-graduando em Administração Pública (UCAM); Bacharel em Administração de Empresas (IFBA); Especialista em Serviços de Navegação Aérea (ICEA); Controlador de Tráfego Aéreo (ICEA); Coordenador de Observação do Mundo do Trabalho (IFBA); Especialista em Navegação Aérea (INFRAERO); Administrador (CORREIOS); Controlador de Tráfego Aéreo (INFRAERO).  
[david.estevao@ifba.edu.br](mailto:david.estevao@ifba.edu.br)

Administração. A análise de inserção de egressos, tema de suma importância em instituições de ensino, se justifica devido à necessidade de acompanhamento e desenvolvimento continuado do ex-aluno, de maneira a avaliar as condições de trabalho, a sua renda e o impacto que a vivência educacional causou em sua vida, nas diversas dimensões do mundo do trabalho.

O acompanhamento e o desenvolvimento do egresso são ainda objetivos e dimensões operativas da extensão tecnológica contidos no Plano de Desenvolvimento Institucional e no Projeto Pedagógico Institucional do IFBA. Além disso, para o Plano de Desenvolvimento Institucional, o acompanhamento do egresso é também Política de Gestão e integra a sua Política de Atendimento aos Discentes, que possui como objetivos:

“... ”

- Criar e disseminar a cultura do acompanhamento de egresso junto ao aluno;
- Realizar pesquisa qualitativa da laboralidade, por amostragem simples;
- Incentivar a participação do egresso em curso de educação continuada;
- Dar subsídios a avaliação dos currículos, programas e conteúdos desenvolvidos pela escola, objetivando a elevação da qualidade do ensino e da sintonia entre a escola e a comunidade;
- Cadastrar os egressos do IFBA, mantendo dados atualizados, a fim de disponibilizar informações atualizadas aos ex-alunos, objetivando informá-los sobre eventos, cursos e oportunidades oferecidas pela instituição;
- Promover encontros periódicos objetivando a coleta de informações que propiciem subsídios para a avaliação e adequação dos currículos dos cursos por meio de informações obtidas por ex-alunos;
- Avaliação da eficácia dos cursos quanta a inserção e permanência dos egressos no mercado de trabalho ...”

Consoante a esses desígnios, e como mencionado acima, a análise de inserção de egressos proporciona subsídios para a tomada de decisões concernentes a verificação e/ou adequação das matrizes curriculares às demandas do mundo do trabalho, contribuindo assim, por conseguinte, para a avaliação do atendimento de suas finalidades legais de:

“... I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

... ”

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal” (Art. 6º da Lei nº 11.892/2008).

No que toca às atribuições regimentais, mais especificamente, e como uma derivação dessas finalidades legais, a análise de inserção de egressos é um dos encargos do

Departamento de Relações Empresariais da Pró-Reitoria de Extensão juntamente com a Pró-Reitoria de Ensino do IFBA, que realizam ações em parceria para a manutenção ou alteração de matrizes curriculares. Isto é, além de instrumento de acompanhamento e desenvolvimento do ex-aluno, e de balizador de estruturas curriculares de cursos, uma metodologia de análise de inserção de egressos deve ser encarada pelo IFBA como um mandamento regimental, que contribui sobremaneira com o controle interno Institucional, bem como para a prestação de contas à Sociedade. Ademais, a metodologia que se busca implementar com esse projeto servirá como um modelo para o estudo dos egressos dos demais cursos oferecidos pela instituição.

Por conseguinte, a análise do egresso contribuirá com a avaliação de aspectos relativos à avaliação institucional, conforme demandas contidas no Projeto Pedagógico Institucional do IFBA e na autoavaliação a ser implementada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) citada no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFBA.

Esperamos também implementar numa fase mais avançada da metodologia a contemplação de mecanismos que promovam a manutenção de laços com alunos e a recuperação desses com ex-alunos, fortalecendo, dessa forma, a sensação de pertencimento destes com a instituição, além de viabilizar um ambiente de cooperação e troca de experiências.

Em resumo, através dos seguintes objetivos específicos, esperamos compor este trabalho que apenas se inicia: diferenciar mercado de trabalho e mundo de trabalho; comparar o perfil socioeconômico do egresso do curso de Administração do IFBA na condição de estudante e de egresso; identificar aspectos positivos e negativos das matrizes curriculares do curso, existentes entre os anos de 2010 à 2015, a partir da formação acadêmico-profissional recebida e da atuação dos egressos no mundo do trabalho; propor modificações, incrementos ou supressões na matriz curricular do curso com base nos aspectos estudados; avaliar a empregabilidade dos egressos; verificar o nível de atuação empreendedora do egresso no mundo do trabalho; analisar o grau de compatibilidade entre a formação do egresso e as demandas da sociedade requeridas pelo mundo do trabalho; identificar demandas pedagógicas orientadas ao desenvolvimento profissional; sugerir a criação de cursos de formação profissional continuada ao egresso a partir do levantamento dos aspectos estudados; e apoiar a avaliação do desempenho institucional através da pesquisa de satisfação do egresso.

A pergunta de partida será: Como o estudo do egresso do curso de Administração do IFBA poderá contribuir para a avaliação das políticas públicas educacionais implementadas pela referida instituição?

Como referencial teórico, serão utilizados o estado da arte sobre estruturação curricular, egressos e abordagens metodológicas de avaliação de políticas públicas. Com isso, almejar-se-á identificar as respostas oferecidas e as limitações existentes na metodologia de análise de inserção de egressos proposta com esse trabalho.

Entretanto, isto ainda não determinou todas as inquietações para que o problema fosse aqui pensado como objeto de reflexão. Para os autores, muito além das contribuições que a participação em tal estudo possibilite em torno de suas discussões que ocorrerão, os espaços de discussão, contradição, reflexão e, sobretudo, inquietação, o problema ainda vêm sendo questionados com o foco nos conceitos e preconceitos apresentados, por vezes postos e impostos, a partir de um discurso empoderado, arraigado por diversos olhares que falam de lugares diferentes.

Nesse contexto, o que se deseja nesta reflexão é apenas amadurecer e correlacionar um estudo ainda embrionário sobre egressos com o mundo do trabalho, mostrando claramente que, difere do mercado de trabalho, para que os possíveis desdobramentos permitam uma maior compreensão sobre como é possível construir e instituir uma gestão de egressos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, para que esta não esteja à margem da realidade destes participantes da referida pesquisa, sujeitos com voz ativa e autoral.

## **2. Entreolhares epistemológicos no campo da política dos egressos**

O interesse e o debate sobre os processos formativos, suas imbricações com as ciências, as artes e o cotidiano, com o ditame do capital e sua importância no mundo do trabalho, como temas/desafios para o campo da educação é algo que salta aos nossos olhos. Entretanto, são vários os autores de ponta da educação nacional e internacional que nos alertam para o despreparo compreensivo e propositivo de nós, educador-pesquisadores e técnico-pesquisadores educacionais, e de nossas instituições para enfrentarem esse tema/desafio na contemporaneidade, apesar das contribuições importantes que já fazem parte dos cenários reflexivos e práticos em termos educacionais. Tendo como marca da sua opção epistemológica, metodológica e heurística o campo dos processos formativos na educação e seus objetos mais realçados, a investigação em pauta aponta para a problematização da forma

como o conhecimento é constituído desde a modernidade e suas implicações na produção do perfil do administrador que vem sendo requerido pelo mundo do trabalho.

Por essa perspectiva, Chiavenato (2000b) explica que o desenvolvimento da administração acompanha o contexto histórico de cada época. Nas próximas décadas, as tarefas administrativas serão cada vez mais incertas e desafiadoras, visto que passará por inúmeras transformações e mudanças, como: crescimento das organizações, concorrência mais acirrada, sofisticação da tecnologia, globalização da economia, internacionalização dos negócios, inflação mais elevada e maior visibilidade das organizações.

## **2.1. O desafio do estudo dos egressos e suas fronteiras ontológicas, epistemológicas e políticas**

Nos dias de hoje, uma das possibilidades, para se fazer uma crítica aos limites e a fixidez dos processos de significações é tomar como instrumento a crítica cultural e entrelaçá-la com estudos dos processos formativos. Seguindo esta tendência, os processos formativos do administrador não podem ser encerrados com uma finalidade em si, em nenhuma filiação de um campo específico, nem pensados enquanto processos subalternos, tendo que ser compreendidos como campo autônomo e interdisciplinar por natureza, pois, assim, temos maiores condições de saber quais são as forças que nos constituem e nos findam em nossa própria atualidade; desobstruindo o trabalho das significações e abrindo-as para novas perspectivas.

Destarte, estamos imersos num mundo globalizado que vem desenhando um cenário de muitas transformações, as empresas se encontram diante de um grande desafio de competitividade necessitando para isso desvendar uma rede de conhecimento, formando um ambiente tecnológico propício à inovação, novos conhecimentos e novas ideias. Os estudos realizados indicam cada vez mais que:

Nos países desenvolvidos, a interação entre o setor de pesquisa e o setor empresarial faz parte da estratégia das empresas na gestão de seu conhecimento (VASCONCELOS e FERREIRA, 2000, p.169).

Assim, pode-se afirmar que o conhecimento tem sido historicamente uma mola propulsora que, de um lado, impulsiona as mudanças econômicas e sociais e as empresas precisam desse conhecimento para aperfeiçoar, aprimorar, ampliar seus produtos, processos, práticas e serviços, capacitando-as no enfrentamento desse mundo de mudanças. E, de outro lado, alavanca as transformações no meio educacional/acadêmico a fim de nos possibilitar

compreender e acompanhar a invenção do cotidiano que se apresenta de forma dinâmica nos diversos tempos e espaços que convivemos.

Pois, pensar tais transformações no meio educacional / acadêmico, certamente, nos remete a pensar no tocante aos atos de currículo, à formação e à formatividade, em outras palavras, é refletir acerca da multiplicidade em que se forma um campo de saberes que não possuem neutralidade, pois é necessário atentar para a profusão de prerrogativas que permeiam a definição de um determinado currículo, enxergando e delimitando a existência de um imanente campo político-econômico, que bebe das dinâmicas histórico-ideológicas do poder. É mediante esta esfera de poder que serão definidos os critérios de seleção dos saberes que comporão determinado documento curricular. Até os saberes eleitos como formativos obedecem a uma dada concepção de formação que lhe é própria e apropriada. Neste sentido,

vincular a educação e, particularmente, o currículo, a relações de poder tem sido central para o projeto educacional crítico. Pensar o currículo como ato político consiste precisamente em destacar seu envolvimento em relações de poder [...] Os efeitos de sentido, como efeitos de poder, não funcionariam, entretanto, se não contribuíssem para fixar posições de sujeito específicas (SILVA, 2006, p. 24-25).

Uma vez que os parâmetros, as diretrizes e as ações curriculares se desdobram inexoravelmente nas ações cotidianas destes sujeitos, configurando-se em um pré-determinado modelo de formação, eleito e instituído de forma arbitrária, porém, política e historicamente orientada, o currículo contemporâneo dos cursos de Administração das Instituições de Ensino Superior - IES brasileiras, e até mesmo as mundiais, ainda possui suas raízes fortemente atreladas na perspectiva formativa de atender meramente ao ditame do mercado de trabalho. A necessidade em se acolher demandas que apontam para a profunda *valorização da razão*, do *processo de fragmentação e tecnicização dos saberes*, e a *disciplinarização e especialização dos espaços formativos*, configura a exigência de um currículo que ajusta uma verdadeira “formatação” das identidades, subjetividades sociais e do *modus-operandi* da realização técnica da função propriamente dita executada pelo administrador, contendo-as no ritmo do contexto histórico-social ora posto.

Deste modo, o currículo não apenas lança mão de uma qualificação técnica e profissional, ele atua também no âmbito ontológico-formativo dos sujeitos, veiculando assim uma formação pessoal. Ao refletir esta problemática a pesquisa se insere no debate político-econômico-epistemológico relativo aos limites do conhecimento em relação com o processo de colonização dos saberes por parte de projetos curriculares que tensionam as relações entre poder saber acerca do saber e poder.

Logo, a opção da abordagem será dialogar e repensar os processos formativos e a constituição dos saberes em uma dimensão ontológica e cultural da existência humana, pois entendemos o currículo enquanto um campo dinâmico e operativo. Neste sentido, o currículo pode ser compreendido como um fazer em que se fazendo acaba formando, onde se torna extremamente pertinente pensar a noção de atos de currículo de Macedo (2008, p. 38), ou seja, “todas as atividades que se organizam e se envolvem visando uma determinada formação, operacionalizada via seleção, organização, formulação, implementação, institucionalização e avaliação de saberes”. Esta formulação demonstra o grau de imbricação entre as questões centrais aqui desenvolvidas: *as políticas públicas educacionais a partir dos egressos do curso de administração do IFBA, os atos de currículo, a formatividade e suas implicações na formação de administradores*. O currículo tensiona a formação do sujeito na medida em que se faz presente nas ações e definições institucionais e não institucionais da vida escolar. Basta investigá-lo em seu atuar, em seu fazer-se ubíquo dentro da perspectiva dos “atos de currículo” para perceber que seus efeitos permeiam e orientam o comportamento dos atores educacionais em seus diversos espaços formativos. De modo que, os atos de currículo operacionalizam as atividades que se instituem em torno do mesmo, dinamizando e atualizando-o dentro da prática dos sujeitos educacionais. Além disso,

a potência *práxica* do conceito de *atos de currículo* vinculado a formação é, ao mesmo tempo, uma maneira de resolução epistemológica para compreendermos a relação profundamente implicada entre currículo e formação, bem como um modo de *empoderar* o processo de democratização do currículo, como uma experiência que pode ser singularizada e como *um bem comum socialmente referenciado*. (MACEDO, 2007, p. 35)

Este ponto de vista traz novas possibilidades, ainda que embrionárias, para se pensar a própria constituição das subjetividades, e nos permite compreender melhor os discursos e práticas presentes no processo educativo. É o que nos diz Guattari (1986), quando em seu estudo relativo à cartografia do desejo, nos fala sobre os dois principais mecanismos de produção de subjetividade, atuantes nas sociedades atuais. Um centrado nas técnicas de dominação e exclusão, típicos do capitalismo, e um outro, aquilo que poderíamos chamar de ‘processos de singularização’: uma maneira de recusar todos esses modos de encodificação preestabelecidos, todos esses modos de manipulação e de telecomando, recusá-los para construir, de certa forma, modos de sensibilidade, modos de relação com o outro, modos de produção, modos de criatividade que produzam uma subjetividade singular. Uma singularização existencial que coincida com um desejo, com um gosto de viver, com uma

vontade de construir o mundo no qual nos encontramos, com a instauração de dispositivos para mudar os tipos de sociedade, os tipos de valores que não são os nossos. (*Ibid*, p. 16-17)

Ao estudarmos a dimensão cultural, peculiar à condição humana, veremos que a mesma se forma e segue se produzindo e reproduzindo por uma lógica simbólica fortemente imbricada na *doxa*, legada pela tradicional metafísica ocidental. Uma das características principais desta tradição, é a busca desenfreada pela unidade do ser, que pode ser traduzida por uma descomedida reverência identitária que, ao fim e a cabo, pretende nos reduzir, como nos diz Derrida (2005) em uma metafísica da presença. Por isso, os processos formativos que compõem as dinâmicas ontoculturais[1], são enviesados e limitados em processos constitutivos de identificações, reforçando e dando forma assim aos códigos e às significações dominantes. Quanto a isso, Silva (2006) entende que este processo acaba gerando um curto-circuito no trabalho de significação, encerrando-as no movimento da mercadoria, onde a identidade pública da esfera da cidadania se confunde com a identidade privada do consumo. O que leva a um empobrecimento do raio de ação dos *processos formativos*, e os faz coincidir com a criação da identidade profissional (HONORÉ, 1980).

Vale ressaltar mais uma vez que, nos dias de hoje, um dos caminhos para se fazer a crítica aos limites e fixidez dos processos de significações é tomar como instrumento a crítica cultural e entrelaçá-la com estudos dos processos formativos e curriculares. Seguindo este viés, eles não podem mais ser rematados em nenhuma filiação de um território específico, nem pensados enquanto procedimentos subordinados, necessitando ser compreendidos como campo autônomo, inventivo, inter e transdisciplinar. Nestes termos, o alcance formativo e propositivo do currículo suscita a uma compreensão mais complexa e abrangente de sua constituição e atuação diante dos espaços e sujeitos nele implicados voltados para o mundo do trabalho.

Pois, assim, temos maiores condições de saber quais são as forças que nos constituem e nos condiz em nossa própria atualidade; desobstruindo o trabalho das significações e abrindo-as para novas possibilidades. Remetendo o que Paulo Freire (1987, p. 11) chama de descodificação, ou seja, “análise e conseqüente reconstituição da situação vivida: reflexo, reflexão e abertura de possibilidades concretas de ultrapassagem”, e o que Honoré (1980, p. 126), entende por formatividade, i. e., “el ‘campo’, cujo reconhecimento se deriva de la reflexión sobre la experiencia de actividades que sondel ordem de la formación”, ou ainda o que Pareyson (1993, p. 20) entende por “*estética da forma*”: um certo modo de “fazer” que, enquanto faz, vai inventando o “modo” de fazer: produção que é, ao mesmo tempo e

indissolúvelmente, invenção. Todos os aspectos da operatividade humana, desde os mais simples aos mais articulados, têm um caráter, ineliminável e essencial, de formatividade. As atividades humanas não podem ser exercidas a não ser concretizando-se em operações, i. é, em movimentos destinados a culminar em obra. Mas só fazendo-se forma é que a obra chega a ser tal, em sua indivídua e irrepitível realidade, enfim separada de seu autor e vivendo vida própria, concluída na indivisível unidade de sua coerência, aberta ao reconhecimento de seu valor e capaz de exigí-lo e obtê-lo. Nenhuma atividade é operar se não for também formar, e não há obra acabada que não seja forma.

Portanto, a discussão sobre a relação da constituição das identidades, seu reatamento para o campo dos *processos formativos* e a formação de competências e habilidades voltadas para operacionalização do perfil esperado pelo administrador no mundo do trabalho hoje, poderia se alargar para muitos outros níveis de reflexão, todavia, estaremos preocupados aqui em abordar a questão da formação do administrador de estudante a egresso, de maneira singular, em sua imbricação com a constituição da identidade do graduando em administração e do papel desempenhado enquanto egresso, inserido e atuante no mundo do trabalho, o que difere do mercado de trabalho:

A formação dos trabalhadores numa perspectiva de desenvolver a liderança, polivalência, tornando-os flexíveis e criativos, fica subordinada à lógica do mercado, do capital, portanto, da degradação, da segmentação e da exclusão. Reduz a educação ao atendimento às necessidades do mercado de trabalho e à lógica empresarial.

A educação do trabalhador para o processo capitalista, para o trabalho alienado, se dá, portanto, através de formas de organização e controle do trabalho dividido, de estratégias administrativas, tais como rotatividade interna, alargamento de tarefas e nível baixo de participação nas decisões, treinamento para a execução do trabalho, política salarial, política de benefícios, formas de supervisão, instruções de segurança e saúde, e assim por diante. O seu objetivo central é a constituição de um trabalhador que combine a posse de um conjunto de habilidades técnicas necessárias – e não mais do que isso – a um conjunto de condutas convenientes, de modo a assumir, o mais espontaneamente possível, sua função de trabalhador alienado, ao mesmo tempo em que assegure as condições necessárias à sua própria reprodução. (KUENZER, 1989, p. 77-78).

A educação do trabalhador para o processo capitalista, para o trabalho alienado, se dá, portanto, através de formas de organização e controle do trabalho dividido, de estratégias administrativas, tais como rotatividade interna, alargamento de tarefas e nível baixo de participação nas decisões, treinamento para a execução do trabalho, política salarial, política de benefícios, formas de supervisão, instruções de segurança e saúde, e assim por diante. O seu objetivo central é a constituição de um trabalhador que combine a posse de um conjunto de habilidades técnicas necessárias – e não mais do que isso – a um conjunto de condutas convenientes, de modo a assumir, o mais espontaneamente possível, sua função de trabalhador alienado, ao mesmo tempo em que assegure as condições necessárias à sua própria reprodução. (KUENZER, 1989, p. 77-78).

Tornam-se então necessárias políticas do setor público, privado e educacional que possam atuar como agentes na disseminação do conhecimento, contribuindo para a aprendizagem das empresas e das IES em saber como formar o estudante-cidadão para o mundo do trabalho e, não apenas, para atender a visão mecanicista, simplória da lógica capitalista do mercado de trabalho. Cassiolato (1999) afirma que se consolida, assim, o conhecimento como sendo o recurso principal que deve estar na base das novas políticas de promoção ao desenvolvimento industrial e tecnológico e o aprendizado como processo central desse desenvolvimento. Contudo, vale a formação de competências e habilidades necessárias sem perder de vista o posicionamento crítico-reflexivo frente ao ditame do capital.

Pressupõe-se assim que, a cooperação entre a academia e o setor empresarial deve ser um “caminho de mão dupla”, onde a academia se beneficia do conhecimento prático das empresas oferecidas como um campo de estágio e de desenvolvimento de pesquisa. As empresas se beneficiam com a capacitação de seus recursos humanos, constituição de projetos que atendam às suas especificidades, da produção de novos saberes e processos que possam potencializar a busca de excelência tanto das empresas como das IES. Pesquisas sinalizam que:

As relações universidade / empresa não se podem resumir a simples trocas de serviços ou equipamentos, por isso o seu real objetivo deve ser o aumento da base de conhecimento das duas instituições. Tais relações podem assumir varias formas, desde uma simples consultoria até a construção de estruturas especiais e complexas. (VASCONCELOS e FERREIRA, 2000, p. 172).

No entanto, percebe-se um conjunto de situações problemáticas na constituição dessa parceria uma vez que, o tempo dessas organizações é diferente. Estrutura acadêmica mais lenta tendo em vista a necessidade de aprofundamento científico e o meio empresarial ágil, frente ao dinamismo e às necessidades da empresa e do mercado. É por questões como essas, de caráter determinista e mecanicista, que a educação vem sendo caracterizada como mais um campo de disputa hegemônica, cujo papel social é repleto de conflitos, contradições e antagonismos. Por ora, vale compreender mais uma vez que a formação acadêmica preza atender, além da demanda mercadológica, a formação humana do estudante-cidadão, que se insere numa perspectiva de formação para o mundo do trabalho:

não há nenhuma atividade da qual se possa excluir qualquer intervenção intelectual – o *Homo Faber* não pode ser separado do *Homo sapiens*. Além disso, fora do trabalho, todo homem desenvolve alguma atividade intelectual; ele é, em outras palavras, um “filósofo”, um artista, um homem com sensibilidade; ele partilha uma concepção do mundo, em uma linha consciente de conduta moral, e portanto contribui para manter ou mudar a concepção do mundo, isto é, para estimular novas formas de pensamento. (GRAMSCI, 1957, p. 121).

Para as universidades, essa interação trará a prática para dentro das salas de aula, já que o aluno ampliará os conhecimentos agregando ao aprendizado acadêmico um diálogo com a prática, além das possibilidades de melhorias na infraestrutura, montagem de laboratórios, construção de centros tecnológicos, aquisição de novas tecnologias, dentre outros. Em relação às empresas, essa interação tem como objetivo a capacitação dos profissionais, aquisição de novos saberes provenientes da pesquisa, novas ferramentas gerenciais e de produção tecnológica.

Hoje não se discute mais a educação somente para o trabalho, mas a educação integral do homem para o trabalho e para a cidade. À medida que o conhecimento passa a ser o elemento-chave do novo paradigma produtivo, a transformação educacional torna-se um fator fundamental no desenvolvimento dos seus requisitos básicos: capacidade inovadora, criatividade, integração e solidariedade. Uma nova abordagem para a educação traz implícita a necessidade de uma nova organização institucional, ou de uma reformulação de papéis dos atores envolvidos no processo da educação. (RIBEIRO, 2003, p. 227).

O ponto de partida dessa qualificação é o pressuposto de que o indivíduo é um agente ativo e não pode reagir mecanicamente às situações do seu entorno. A realidade não está pronta e acabada; é construída ou criada pelos sujeitos a partir de suas ideias, modelos, estruturas que organizam o seu conhecimento desta realidade. É necessário um constante estranhamento daquilo que nos cerca, do que está posto nos meios de comunicação, nas propostas políticas, nas relações de trabalho, nos pacotes econômicos; é preciso estabelecer fatos e dados que nos tornem mais políticos e “incômodos”. É nas pequenas ações do dia a dia, na educação dos filhos, nas relações interpessoais, que selecionamos o que nos serve.

O papel dos processos educativos, mormente a formação técnico-profissional, qualificação e requalificação, neste contexto, é de produzir cidadão que não lutem por seus direitos e pela desalienação do e no trabalho, mas cidadão “participativos, não mais trabalhadores, mas colaboradores e adeptos ao consenso passivo e, na expressão de Antunes (1996:10), a tornarem-se déspotas de si mesmos. (FRIGOTTO, 1998, p. 48).

Nestes termos, a avaliação de cursos, de programas, de políticas públicas educacionais não diz respeito ao simples fato de localizar e indicar se resultados previstos foram ou não alcançados, mas envolvem muito mais indicadores, envolve um juízo de valor da própria natureza do programa, o contexto que se insere e ação dos atores envolvidos. Desta maneira, a pesquisa com egressos tem se mostrado um recurso metodológico extremamente rico, mesmo que complexo e repleto de dificuldades específicas (DUARTE, 2009). Os estudos com egressos é, por definição, uma estratégia que tem como meta conhecer como os participantes (SILVEIRA, 2009), efetivamente se apropriam das informações, habilidades e ferramentas supostamente oferecidas pelo programa educativo. Esse talvez seja o mais poderoso e

informativo meio para entender a eficácia de um programa: como, afinal, a vida, as práticas e os valores dos sujeitos foram realmente influenciados? O que mudou no modo de pensar, nos valores, na inserção social, na participação no universo do trabalho e da cultura que está diretamente associado à participação do sujeito naquele programa? Além disso, perpassa também pelo próprio perfil socioeconômico: o que mudou de estudante a egresso?

## **2.2. Avaliação de políticas públicas e egressos: limitações metodológicas e desafios**

Egressos de cursos, programas e políticas sociais são sujeitos especialmente interessantes para compreendermos como esses cursos, programas e políticas se articulam com a sociedade. Eles são uma fonte privilegiada de informações que permitem compreender o alcance, efeitos e consequências de uma ação educativa. Mas, vale aqui ressaltar que, segundo Lordelo *et al* (2012), a literatura sobre egressos é limitada e muito recente; ainda não dispõe de uma epistemologia consolidada. Isso reflete a escassez de estudos avaliativos, particularmente aqueles que têm como foco os egressos de programas. Nessa perspectiva, ainda que pouco explorada, as políticas públicas, enquanto campo de conhecimento abrange por um lado, os estudos voltados para subsidiar processos decisórios e, por outro, os estudos para avaliação do mérito da ação governamental.

Dessa maneira, a despeito da escassez de estudos sobre egressos, e debruçando-se sobre a avaliação do mérito da ação governamental, são encontradas na literatura de políticas públicas duas abordagens metodológicas que são utilizadas pela maioria dos estudiosos no assunto: a positivista, que aplica princípios da economia política, principalmente a do bem-estar, aos problemas públicos; e a pospositivista, que aplica filosofias e métodos sociais mais abrangentes como a teoria crítica, o pós-estruturalismo e o pós-modernismo.

A corrente positivista, segundo Howlett *et al* (2013), tem por base a ideia de que os indivíduos tomam a maioria das decisões por meio de mecanismos de mercado e que o Estado deve agir apenas de maneira subsidiária para sanar suas falhas. Ela se faz valer do método dedutivo, estabelecendo pressupostos, conceitos ou princípios gerais a fenômenos específicos sem levar em conta os contextos sociais; e de estudos empíricos, análises quantitativas e da separação objetiva de fatos e valores.

Como pode ser aduzido, a ênfase quase exclusiva na evidência empírica pode estar seriamente desnordeada tanto em termos metodológicos quanto éticos por essa perspectiva, já

que as políticas raramente têm objetivos livres de ambiguidades e seus implementadores podem não escolher por várias razões os meios mais “eficientes” para alcançá-los. Assim sendo, esse é um viés que promove uma forma tecnocrática de governança caracterizada pelo desdém à política. Alguns seguidores dessa corrente chegam ao ponto de argumentar que se deve rearranjar o próprio sistema político para que ele se adapte melhor aos “requisitos” de análise da política (Howlett, 2013).

A abordagem pospositivista, por seu turno, é caracterizada por congrega estudiosos com o propósito comum de produzir avaliações de processos e resultados de políticas públicas com base na análise social e política dos problemas públicos. Em outros termos, eles buscam métodos que tragam respostas em face da realidade da política pluralista e dos interesses concorrentes na ação governamental; e não possuem a ideia de que exista entendimento “objetivo” ou inquestionável dos problemas políticos. Em vez disso, procuram operar dentro de um claro arcabouço de valor que promova maior equidade social e política, mesmo quando usam instrumentos empíricos em suas análises (Howlett, 2013).

Os estudos feitos pelos analistas pospositivistas abarcam, em geral, abordagens multiníveis e multidisciplinares e tratam sobre as escolhas individuais, a análise de classes, o pluralismo político, o corporativismo, o institucionalismo, o neoinstitucionalismo e o estatismo. Dessa maneira, a distribuição do poder na sociedade, os arranjos burocráticos do Estado e a participação social nos ciclos de políticas públicas são temas de suma importância. Sendo assim, o estudo de egressos em uma instituição pública, além de possuir embates próprios ligados à seara educacional, tais como as definições de diretrizes curriculares, enfrenta, também, os conflitos complexos e próprios da dinâmica das políticas públicas.

No que tange à avaliação dos processos decisórios, e relativizando o processo de participação dos grupos de interesses da sociedade, em virtude das limitações próprias do sistema político representativo e do princípio majoritário, Aquino (2002) afirma que o mais adequado, nesse contexto, para identificar se as autoridades governamentais levam em consideração os interesses da população, é examinar os interesses e as ideias que foram atendidos e não propriamente avaliar os resultados das políticas públicas implementadas.

Para conhecer o que balizou o processo decisório, por essa ótica, o referido autor afirma que se deve especular se a ação derivou de uma atitude racional do Estado, que tem, em tese, plena consciência da implementação da política; do processo organizacional, onde o governo tem limitadas suas opções pelos conflitos com os órgãos executantes; ou das políticas palacianas, quando as decisões resultam de compromissos e conflitos políticos.

Ainda no que toca à participação social, e contribuindo para a explicação das limitações impostas pelo sistema representativo e pelo princípio majoritário, Leal (2006) explica que existem razões ideológicas que dificultam o controle social, que são traduzidos por argumentos endógenos e exógenos à gestão da coisa pública. Os argumentos endógenos trabalham a ideia de que o tema “Administração Pública” possui um grau de complexidade e especificidade que vai da sua dimensão linguística à sua operacionalização, o que imputa um papel restrito de avaliação de resultados para a sociedade, cabendo à burocracia civil a concepção e a eleição das ações e políticas. Os argumentos exógenos afirmam que a participação social encontra limites cognitivos e institucionais por não haver, respectivamente, discernimento pleno dos temas e organicidade política e institucional da comunidade.

Nessa esteira,

O caráter de uma política pública, isto é, o tipo de intervenção do Estado na realidade social, o tipo de impacto que ela provoca nessa realidade, os benefícios que ela produz e a quem ela beneficia, é construído durante o todo de sua trajetória, desde o momento da elaboração, até a sua operacionalização, assumindo importância decisiva na formação desse caráter a correlação de forças sociais envolvidas. [...] Isso significa dizer que não se trata de pensar as políticas públicas sob uma ótica dicotômica da sua horizontalidade ou da sua verticalidade, dependendo da participação ou não da população na sua elaboração e operacionalização como analisam alguns pensadores. Pensar as políticas públicas sob essa ótica é considerar o Estado separado da sociedade civil. (BONETTI, 2006, p. 91-92)

Logo, resguardadas as diversas perspectivas oriundas da análise social e política, a avaliação é um processo transversal a toda a política, que implica a definição da finalidade, metodologia e como o processo de análise pode produzir informações válidas sobre o desempenho da política e conseqüente tomada de decisão com relação a possíveis modificações, continuidade ou exclusão de uma política ou programa público. Tendo ainda a particularidade que permite aos governantes aprender sobre as conseqüências de suas ações para poder decidir sobre determinada política, ajudando também a administração pública a melhorar ou modificar a formulação, concepção e implementação das políticas (Dias *et al*, 2012).

Assim, pode-se afirmar que a avaliação de políticas públicas é uma fonte de conhecimento, o que tem sido historicamente um fator que promove mudanças econômicas e sociais, fazendo com que as empresas, as IES e a gestão pública necessitem desse para se aperfeiçoar, aprimorar, ampliar seus produtos, processos, práticas e serviços, capacitando-as no enfrentamento num mundo de mudanças.

Destarte, apesar de as políticas públicas serem um resultado da correlação de forças sociais, partindo da premissa que nascem no cerne ou no contexto da sociedade civil, e ainda que a participação dessa seja restrita, sabemos também que, em pleno no século XXI, o Estado, as empresas e demais entidades da sociedade civil devem repensar seus valores, custos, qualidade, produtividade, geração de novos conhecimentos, investimento em pesquisa e tecnologia e isso os obrigam a estreitar relacionamentos, o que vem crescendo a cada ano no Brasil, além de ser uma demanda social.

Sendo assim, a avaliação sistemática e contínua de cursos e de programas utilizando egressos pode ser um instrumento fundamental para se alcançar melhores resultados e proporcionar uma melhor utilização e controle dos recursos neles aplicados, além de fornecer aos formuladores de políticas públicas educacionais e sociais e aos gestores dados importantes para o desenho de políticas mais consistentes e para uma gestão pública mais eficaz.

[1] Termo cunhado para tratar sobre a relação da Ontologia com a cultura.

### **3. Expectativas de resultados esperados:**

- Atendimento da finalidade legal de análise dos egressos;
- Adequação da matriz curricular às potencialidades locais, na medida do possível, contribuindo para o desenvolvimento nacional;
- Criação de um canal para novas demandas pedagógicas: cursos, ações extensivas e/ou pesquisas;
- Promoção do desenvolvimento pessoal e profissional do egresso;
- Criação de um ambiente de interação e troca de experiências entre instituição, alunos, ex-alunos, empresas e sociedade;
- Subsidiar estudos para gerar empregabilidade aos futuros trabalhadores, egressos do curso de Administração do IFBA;
- Identificação do perfil profissional demandado pelo mercado;
- Criação de uma ferramenta de apoio para estudar o cenário do mercado de trabalho da Administração na Bahia;

- Compreensão do vínculo de pertencimento dos egressos recentes e antigos do curso de Administração com o IFBA à partir das duas diferentes metodologias propostas a serem aplicadas na pesquisa;
- Criar ações para manter o contato contínuo com os egressos (gestão de egressos).

#### **4. Por uma conclusão (in)conclusiva**

Ao remetermos por uma conclusão (in)conclusiva, não negamos aqui a necessidade de finalizar, de definir um caminho, uma pesquisa, um método, um arcabouço teórico bem fundamentado e estruturado pois, é indispensável para todo estudo ter uma epistemologia e um método, um percurso, não no sentido de um modelo pronto, mas um método aberto respaldado em uma epistemologia fundante e com fundamentos próprios, autônomos, criativos, com passos definidos que se define na própria caminhada. Caminhos decididos sim, escolhidos, pensados, optados, mas não uma via de mão única, não com uma única opção, pois passaria a ser imposição; contudo, definidos, submetidos a várias opções e, principalmente, por vários sujeitos. É mister em toda pesquisa um diálogo constante entre o(a)s teóricos escolhidos e os atores/autores sociais envolvidos, no nosso caso: os egressos do IFBA do curso de Administração, acrescidos de questões que ofereçam uma investigação rigorosa (fecunda, coerente e coesa com cada realidade) e uma *praiésis* bem definida a partir desta inquirição.

No entanto, esta proposta epistemológica-metodológica-política-ética baseada no estudo de egressos que abraça, a princípio, traçarmos a diferença entre mercado de trabalho e mundo de trabalho, delimitando as suas nuances limítrofes a fim de conceber uma postura de um autorizar-se, de um imaginar, de um inventar, de um criar novos dispositivos de pesquisa para embasar tal investigação rigorosa, a fim de propor e dispor novas possibilidades do fazer conhecimento pois, se de um lado nos deparamos, nos confrontamos com todas as incertezas da realidade dentro e fora dos muros das institucionais educacionais (as incongruências, os paradoxos, as ambivalências, as ambiguidades, as opacidades, as impurezas, as transgressões, as traições...), do outro lado, nos vemos pressionados por um sistema organizacional mercadológico que nos impõe um ditame das nossas ações, valores, modos operandi de trabalho perpassando pelo nosso modo de ser (subjetividade humana) quase que, de forma, inquestionável, inabalável e, o pior, nos compreendemos impossibilitados diante da incapacidade que temos nesta “briga de braço”.

Ademais, almejamos que o dispositivo do estudo dos egressos do curso de Administração se constitua como um excelente marcador teórico-metodológico para viabilizar a criação de uma gestão de egressos no instituto, podendo ainda ressignificar o currículo do curso desde os componentes curriculares até à inovação das estratégias de ensino ao permitir que sejam traçadas políticas públicas para atender às demandas contemporâneas.

Por ora, apenas, buscamos ser coerentes com o momento que, ainda, estamos vivenciando na pesquisa. Mas, principalmente, por compreendermos que, sempre, estamos e somos inacabados, sempre, estamos em processo, em devir,... Então, como buscar uma formação que atenda às demandas atuais do mundo do trabalho, se as matrizes curriculares ainda vêm sendo propostas sob orientações para atender ao que o mercado de trabalho impõe enquanto perfil do administrador esperado, delimitando o ensino, a escolarização à ampliar novos horizontes para uma formação cidadã, crítica-reflexiva?

Como buscar legitimar tal formação requerida pelo mundo do trabalho? A lógica educacional vem buscando, vem gritando para ser invertida no processo a fim de atender não mais meramente competências e habilidades tecnicistas e mecanicistas, então, será que o instituído tornar-se-á instituinte? Como transpor tal inversão do real na cultura mercadológica brasileira dentro das IES brasileiras e vice-versa?

## REFERÊNCIAS

AQUINO, Jakson Alves de. Decisão Política no Brasil. In: ABU-EL-HAJ, Jawdat; AQUINO, Jakson Alves de. **Estado, Cidadania e Políticas Públicas**. Fortaleza, Editora UFC, 2002.

**BRASIL**. Plano de Desenvolvimento Institucional. Dezembro de 2012. Disponível no endereço eletrônico: <file:///C:/Users/profuncionario/Downloads/pdi%20-%20documento%20base%20-%202014%20a%202018.pdf> Acesso em: setembro, 2015.

**BRASIL**. Projeto Pedagógico Institucional. xxxxx de 2013. Disponível no endereço eletrônico: <file:///C:/Users/profuncionario/Downloads/ppi%20do%20ifba%20-%20definitivo.pdf> Acesso em: setembro, 2015.

**BRASIL**, Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Disponível no endereço eletrônico: [http://www.porto.ifto.edu.br/documentos/doc\\_oficiais/Lei\\_11892.doc\\_INSTITUTOS\\_FEDE\\_RAIS.pdf](http://www.porto.ifto.edu.br/documentos/doc_oficiais/Lei_11892.doc_INSTITUTOS_FEDE_RAIS.pdf). Acesso em: setembro, 2015.

**BRASIL**. Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível no endereço eletrônico:

<[http://www.valenca.ifba.edu.br/attachments/article/21/015\\_014\\_estatutoifba.pdf](http://www.valenca.ifba.edu.br/attachments/article/21/015_014_estatutoifba.pdf)> Acesso em: setembro, 2015.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas Públicas por dentro**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

CASSIOLATO, J.E. **A economia do conhecimento e as novas políticas industriais e tecnológicas**. Rio de Janeiro, Campus, 1999.

CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 2. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Campus, 2000b.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas: Princípios, Propósitos e Processos**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2012.

DERRIDA, Jacques. **A Farmácia de Platão**. São Paulo: Iluminuras, 2005.

DUARTE, Marisa R. T. **Palavras de Jovens sobre o ProJovem: estudo com egressos e a formação em avaliação de programas educacionais**. Belo Horizonte: Editora Escritório de História, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, G. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: Teorias em conflito. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectiva de final de século**. Petrópolis: Vozes, 1998. (Coleção Estudos culturais em educação).

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografia do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Trad. de Carlos Neto Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HONORÉ, Bernard. **Para una teoria de La formacion: Dinamica de La formatividad**. Madrid: Narcea, S. A. Ediciones, 1980.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Política Pública. Seus ciclos e subsistemas. Uma abordagem integral**. Trad. de Francisco G. Heidemann. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LEAL, Rogério Gesta. **Estado, Administração Pública e Sociedade**. Porto Alegre: Livraria do Advogado editora, 2006.

LORDELO, José Albertino Carvalho; OLIVEIRA, Joyce Emanuela Santos; ARGOLLO, Rodrigo Ferrer de; ANDRADE, Sarah, Prates de. Desafios Metodológicos em pesquisas com egressos: o caso da iniciação científica na graduação. In: LORDELO, José Albertino Carvalho; DAZZANI, Maria Virgínia Machado. **Estudos com estudantes egressos: concepções e possibilidades metodológicas na avaliação de programas**. Salvador: EDUFBA, 2012.

- MACEDO, Roberto Sidnei. **Currículo: campo, conceito e pesquisa.** Petrópolis: Vozes, 2007.
- PAREYSON. Luigi. **Estética: teoria da formatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- RIBEIRO, J. **Globalização, mercado de trabalho e educação.** *Revista de Ciências da Eorgducação*, Lorena: Centro Unisal, ano 5, n. 8, jun. 2003.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **O currículo como Fetiche: a poética e a política do texto curricular.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- SILVA, Franklin Leopoldo e. **A perda da experiência da formação na universidade contemporânea.** *Tempo soc.* 2001, vol.13, n.1, p. 27-37. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702001000100003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702001000100003&script=sci_arttext)> Acesso em: 8 set. 2015.
- SILVEIRA, Olívia. **O Unicórnio e o Rinoceronte: uma análise do ProJovem a partir da percepção de seus beneficiários,** 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- VASCONCELOS, M.C.R.L.; FERREIRA, M. A. T. **A contribuição da cooperação universidade/empresa para o conhecimento tecnológico da indústria.** *Perspectiva Científica.* Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 167 - 182, jul./dez.2000.